

LONGE DO RIO, LONGE DA CIDADE: UHE BELO MONTE, DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E SEGREGAÇÃO EM ALTAMIRA (PA)¹

FAR FROM THE RIVER, FAR FROM THE CITY: UHE BELO MONTE, COMPULSORY
DISPLACEMENT AND SEGREGATION IN ALTAMIRA (PA)

LOIN DU FLEUVE, LOIN DE LA VILLE: UHE BELO MONTE, DÉPLACEMENT FORCÉ ET
SÉGRÉGATION À ALTAMIRA (PA)

Marcos Mascarenhas Barbosa Rodrigues²

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante³

RESUMO: A instalação da UHE de Belo Monte alterou a dinâmica regional e desencadeou transformações territoriais expressivas no campo e na cidade. O artigo trata das consequências dos deslocamentos compulsórios. Elegeu-se como objetivo analisar as implicações no espaço intraurbano em Altamira, para os moradores que residiam na área diretamente afetada. Utilizou-se, como percurso metodológico a revisão bibliográfica, o estudo de caso, o trabalho de campo e a aplicação de formulários. Concluiu-se que a instalação de hidrelétrica foi responsável pela alteração da segregação, para a sociedade local, através de novas relações sociais engendradas, materializadas no espaço intraurbano da cidade. Infere-se que os remanejados para novos bairros sofrem uma nova forma de segregação, planejada e ordenada corporativamente.

Palavras-chave: Reassentamento Urbano Coletivo. Grandes Projetos Energéticos. Rio Xingu.

ABSTRACT: The installation of the Belo Monte HPP changed the regional dynamic and triggered significant territorial transformations in the countryside and in the city. The article deals with the consequences of compulsory displacement. It was chosen as

1 Este artigo é parte dos resultados da tese defendida no PPGG/UNIR em 2020, intitulada: "TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NA AMAZÔNIA: O caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte". Disponível em: <https://posgeografia.unir.br/pagina/exibir/9900>.

2 Doutor em Geografia pelo PPGG/UNIR. Docente da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7069-3151>. E-mail: mascarenhas@unifesspa.edu.br.

3 Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado da Universidade Federal de Rondônia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8323-4280>. E-mail: mada.geoplan@gmail.com.

Agradecimentos à Capes pelo apoio tão necessário e concedido.

Artigo recebido em dezembro de 2021 e aceito para publicação em abril de 2022.

objective to analyze the implications in the intra-urban space in Altamira, for the residents who lived in the directly affected area. The bibliographical review, case study, field work and application of forms were used as a methodological approach. It was concluded that the installation of a hydroelectric plant was responsible for altering the segregation, for the local society, through new social relations engendered, materialized in the city's intra-urban space. It was concluded that those relocated to new neighborhoods suffer a new form of segregation, corporately planned and ordered.

Keywords: Collective Urban Resettlement. Major Energy Projects. Xingu river.

RÉSUMÉ: L'installation de la CHE de Belo Monte a modifié la dynamique régionale et déclenché d'importantes transformations territoriales à la campagne et en ville. L'article traite des conséquences du déplacement forcé. Il a été choisi comme objectif d'analyser les implications dans l'espace intra-urbain d'Altamira, pour les résidents qui vivaient dans la zone directement touchée. La revue bibliographique, l'étude de cas, le travail de terrain et l'application des formulaires ont été utilisés comme approche méthodologique. Il a été conclu que l'installation d'une centrale hydroélectrique était responsable de modifier la ségrégation, pour la société locale, à travers de nouvelles relations sociales engendrées, matérialisées dans l'espace intra-urbain de la ville. Il a été conclu que les personnes déplacées dans de nouveaux quartiers subissent une nouvelle forme de ségrégation, planifiée et ordonnée par l'entreprise.

Mots-clés: Réinstallation urbaine collective. Grands projets énergétiques. Rivière Xingu

INTRODUÇÃO

A implantação de uma usina hidrelétrica, com o porte de Belo Monte, maior do Brasil, e quarta do mundo, provocou mudança de amplitude variada, desencadeando transformações territoriais no campo e na cidade. Este artigo adotou recorte espacial o espaço intraurbano da cidade de Altamira/PA, em particular, a Área Diretamente Afetada - Urbana, ADA-Urbana, tendo sua delimitação pela cota de segurança, 100 m, ao formar o reservatório da usina, sendo obrigados para os moradores da referida área a sair e escolher uma das formas de "compensação": indenização ou uma casa em um dos cinco bairros planejados na cidade⁴, chamados de Reassentamento Urbano Coletivo – RUC. (NORTE ENERGIA, 2011)

As áreas situadas na ADA – Urbana possuíam como característica marcante a proximidades das centralidades tradicionais, às margens do rio Xingu, embora nas periferias úmidas, sazonalmente alagadas nos bairros situados na planície de inundação dos igarapés: Ambé, Altamira e Panelas e na orla da cidade, à margem esquerda do rio Xingu.

Um número expressivo de famílias, remanejadas para 3.704 unidades habitacionais, residiam na área supracitada. Dessas famílias, foi remanejado um número superior a 18 mil pessoas, as quais passaram por um processo de deslocamento forçado e, também,

para as quais foram ofertadas 3.547 indenizações e 367 aluguéis sociais. De forma geral, considera-se uma população expressiva, para uma cidade como Altamira que, em 2010, ano de concessão de sua Licença Prévia para UHE de Belo Monte, possuía uma população urbana de 84.092 habitantes, ou seja, 21% da população urbana da cidade, à época, foi obrigada a deixar sua casa e ir para os Reassentamentos Urbanos Coletivos ou procurar moradia em outro lugar da cidade, com certeza, ainda mais periférico ou direcionar-se para outros municípios (NORTE ENERGIA, 2015).

Há algo de elucidativo nos deslocamentos, para o período atual, esses são portadores de explicações sobre o processo globalitário, de sua vertiginosa integração econômica e de mazelas correlatas, traduzida no esgarçamento do tecido social, no urbano, espacialmente expressa na segregação. Subjaz os processos que levam ao deslocamento, um discurso uníssono, usado pelas corporações, pelo Estado e agências multilaterais, em torno da legitimação do discurso em torno do “desenvolvimento”, da “modernização”, consubstanciada em complexos industriais e militares, grandes projetos de infraestrutura, como o que aqui foi pesquisado (FELDMAN; GEISLER; SILBERLING, 2004).

A ignição para o deslocamento ou expulsões decorre pela predominância da faceta moderna da economia política global, motivadas pelas conquistas econômicas e técnicas, por assim dizer, mais elevadas, como força matriz e explicadora, subjacente ao discurso e à prática, remete ao modelo predominante, o Capitalismo, que eleva uma de suas contradições, de geração de riquezas e de disseminação da pobreza, ampliando a desigualdade, a outros patamares, nesta fase e em determinados espaços, com incorporação da natureza/recursos naturais (SASSEN, 2016).

Este colossal e complexo objeto técnico, UHE de Belo Monte, reverberou-se na região com um discurso em torno do progresso, corporificou arauto do desenvolvimento. O que na prática a tecnificação do rio redundou em domínio: de homens e da natureza. Na Amazônia, subsumiu um dos rios da maior bacia do planeta, o Xingu. Como um presente de grego, para a população de Altamira, em particular os deslocados compulsoriamente pela cota de alagamento e reassentados nos RUCs, materializadas no fenômeno urbano, considerado em sua totalidade, perpassado por contradições, desagregação dos laços sociais, tensões e conflitos. (LEFEBVRE, 1999)

É necessário destacar que aquilo que desperta interesse de vários campos do conhecimento científico nas ciências humanas (sociologia, antropologia, geografia e urbanismo) são os nexos entre os projetos ditos de desenvolvimento e suas práticas, derivada de grandes intervenções, no ambiente construído ou nas áreas rurais, seguidos por reassentamentos, uma vez que tais fenômenos são portadores de descolamentos forçados, manifestando-se o comprometimento de suas identidades, laços comunitários, perdas, reproduzindo e ampliando a pobreza (FELDMAN; GEISLER; SILBERLING, 2004).

O destaque que ganha o fenômeno – pela complexidade e amplitude, pelo crescimento econômico, garantido por técnicas, no fomento do atual modelo produtivo, ávidos por integrar e consumir bens comuns – como a natureza (terra, água, subsolo, floresta, etc.), a sociedade (conhecimentos e cultura dos povos tradicionais), tem importante contribuição

nas ações efetivadas pelo Estado ao conduzir uma política econômica que prioriza a produção e exportação de commodities, resultando em pressão e destruição sobre ecossistemas (LEROY, 2016).

Este artigo interessa saber as repercussões dos deslocamentos compulsórios dos locais de moradia pretérita para os chamados “Reassentamentos Urbanos Coletivo” dos moradores de Altamira diretamente afetados pela formação do reservatório da UHE de Belo Monte.

Para execução da pesquisa, o caminho metodológico adotado compõe-se de: a) Revisão em torno da literatura sobre segregação urbana e o urbano na Amazônia; b) Análise documental em sites e impressos de instituições e órgãos públicos e privados: Ibama; Norte Energia SA; Prefeitura de Altamira. C) Trabalho de campo: observação direta e aplicação de formulário em 4 dos 5 RUCs.

Na elaboração do formulário, procurou-se desenvolver questões que “iluminassem” o fenômeno dos deslocamentos forçados. Tendo como foco a avaliação dos serviços públicos, objetiva-se compreender, antes e depois do deslocamento, a relação das pessoas com a cidade, com lugar, a partir do uso dos espaços da cidade, acesso a serviços públicos e privados, para saber se alçaram melhores condições de vida dentro da cidade ou se ela se deteriorou seu processo reprodutivo.

Nos Reassentamentos Urbanos Coletivos, foram empreendidos trabalhos de campo e aplicação de formulários, 335 no total, em quatro dos cinco Reassentamentos Urbanos Coletivos⁵, a seguir (Figura 1) discriminados:

Tabela 1. Reassentamentos Urbanos Coletivos – RUC pesquisados.

RUC	Número Total de Domicílios	Tamanho Amostragem Domiciliar
Água Azul	704	85
São Joaquim	827	87
Casa Nova	452	80
Laranjeiras	563	83
TOTAL		335

Fonte: Organizado pelo autor, 2020.

Para efeito da pesquisa, para determinação da amostragem, aplicou-se o número de formulários para cada RUC, conforme metodologia aplicada por Triola (1999) que, para determinar o tamanho da amostragem da pesquisa, tendo em vista o nível de confiança em 95% e a margem de erro em 10%:

Os formulários aplicados, na amostragem acima, foram subdivididos em: a) análise dos serviços públicos e privados; b) manutenção financeira dos imóveis, antes e depois da instalação da hidrelétrica, sendo aplicados os formulários nos seguintes meses: fevereiro, março, abril e maio de 2019.

SEGREGAÇÃO, DESIGUALDADE E GRANDE PROJETO

Fenômeno marcante, na realidade brasileira, reflexo das contradições de uma sociedade desigual, a segregação, tratada do ponto de vista epistêmico e ontológico, para efetivo desenvolvimento e operacionalidade, prescinde de atenção. Nesse aspecto, Sposito (2016), faz as seguintes considerações sobre a segregação: i) Assume denotações polissêmicas, portanto, requer precisá-la; ii) Há mudança ao longo do tempo, então, necessita-se de atualização, tanto para momento presente, como para um espaço determinado em tela, ou melhor, para uma formação socioespacial específica; iii) Compreender a distinção e interface com outros conceitos e noções, quer por filiação diferente, quer por estatutos menores, de tal sorte a evitar confusão com elas, destacando: diferenciação espacial, produção de desigualdade espacial, exclusão social e/ou espacial, discriminação social, marginalização etc.; iv) Ao delimitar o conteúdo conceitual de segregação, buscase balizar o conceito, esclarecendo suas determinações, práticas e expressões espaciais arquitetadas, quais sujeitos sociais e, por fim, considerando a formação socioespacial, saber quais os elementos constituintes relevantes. (SPOSITO, 2016)

Destaca-se a América Latina, na constituição histórica de sua sociedade, essencialmente incongruente, manifesta, em sua formação socioespacial, uma clivagem ignóbil, em que: “as desigualdades foram a base social da apropriação do território pelo colonizador e a essência das sociedades que se instituíram nesse processo”. (SPOSITO, 2019a, p. 5)

Ora, perscrutar sobre as cidades brasileiras, sobre o urbano, é apreender o processo de segregação, tendo como um de suas expressões a luta de classes. Essa é uma das determinantes assertivas sobre o atraso do Brasil, suas mazelas e as suas desigualdades, cuja expressão espacial marca, desde o Brasil Colônia, passa pelo Império e chega até a República. Perdura e transpõe-se até o Brasil contemporâneo, manifestando-se na concentração de terra, de renda e de poder. (MARICATO, 2003) Mote do exercício de poder e comando do país por uma elite do atraso. (SOUZA, 2019)

Rodrigues (2007) entende a desigualdade socioespacial como expressão e dimensão material da urbanização capitalista, cuja acumulação ampliada do capital – sua reprodução mediada pelas relações sociais – afiança e perpetua uma condição de contradição social, em que a predominância da cidade mercadoria dota determinadas áreas da cidade com melhores condições de prestação de serviços públicos, para quem pode pagar.

A segregação, como rebatimento da lógica da cidade como mercadoria, direta e indiretamente, atinge parte significativa da população, não deixando outra alternativa senão a da luta por uma gama de serviços e equipamentos urbanos: saneamento, habitação, educação, saúde, mobilidade urbana etc. Todas reivindicações materializam um horizonte, cada dia fatigante e premente, de luta pela existência minimamente digna, tendo em vista o “direito à cidade”. (LEFEBVRE, 2001)

Para compreender a cidade contemporânea, no Brasil, deve-se ter em mente duas dinâmicas a dar-lhes sentido. Uma é o movimento das classes mais pobres em direção à periferia, afastamento socioespacial, direcionado “a espaços cada vez mais distantes e

menos dotados de meios de consumo coletivo, reforçando uma lógica centro-periférica, que marcou o processo de estruturação das cidades latino-americanas durante o século XX e, especialmente, na segunda metade dele”. (SPOSITO, 2019a, p. 2)

Outro movimento reflete o deslocamento da classe média e alta em direção às áreas mais afastadas do centro, tendo a habitação marcadamente em conjuntos e condomínios de alto padrão, entre muros, cercas elétricas e vigilância patrimonial e eletrônica. Auxiliando-nos a “explicar a intensificação da concentração espacial dos mais ricos em áreas mais distantes do centro, mas fortemente servidas por bens e serviços públicos e privados, colocando em xeque a própria perspectiva centro-periférica que marcou a urbanização latino-americana durante muitas e muitas décadas e vem tornando mais complexa a estrutura espacial das cidades atuais. (SPOSITO, 2019b, p. 4)

A cidade, o seu crescimento e a sua produção são marcadas por essa nova dinâmica, em que a periferia fica em evidência, envolvendo segregação dos mais pobres e autosegregação dos mais ricos, ficando mais complexo o uso do solo urbano, em particular, pela habitação, cuja combinação entre desigualdade e diferenciação socioespacial subsume as relações sociais à lógica da propriedade privada da riqueza. Para Carlos (2020, p. 414), “a cidade se reproduz de modo a permitir a realização do processo de valorização do capital”.

Ao estudar o fenômeno, sob adjetivação de urbanização corporativa, Santos (1990, 1993) desvela as nuances de tal processo, sob signo da modernização e crescimento econômico, tendo como marcas e desígnios, atendimento aos interesses das grandes corporações transnacionais e nacionais, aqui, em instalação e oligopolização, tendo como resultado, uma das facetas mais abjetas da sociedade brasileira, no território nacional, fazendo com que: “a extraordinária geração de riqueza, cada vez mais concentrada, não é contraditória com a enorme produção de pobreza, cada vez mais difundido, enquanto surgem novas classes médias”. (SANTOS, 1993, p. 104)

Tendo por extensão o território nacional, a urbanização atingiu de forma desigual o país, como motor de transformações extensas e profundas, acabando por engendrar distorções e reorganizações, nas especificidades dos lugares, atendeu aos interesses hegemônicos no/do território corporativo.

As grandes corporações possuem capacidade de induzir organização espacial, considerando-se o espectro amplo de atividades, interferindo na vida econômica e política, sob o comando neoliberal do Estado, que subsidia, banca e financia uma injeção de capital imprescindível para suas atividades, o qual “tem assumido o papel de implantar parte da infraestrutura – hidroelétricas, rodovias, portos etc. – e, até mesmo, produzir certos bens de capital, diminuindo seus investimentos em capital constante, cuja remuneração é lenta” (CORRÊA, 1991, p. 140).

Na Amazônia, a constituição de grandes corporações, como estratégia do planejamento público, que a um só tempo articulou escalas – mundial, nacional e regional – por meio de grandes polos de desenvolvimento: destacou-se o “Programa Grande Carajás”, do fim dos anos de 1970, remonta uma estratégia de desenvolvimento integrado, maior do

mundo, com vistas para a exploração dos recursos naturais, alterando expressivamente a lógica de ocupação e produção espacial na Amazônia Oriental. (BECKER, 1988; 1990; COELHO et al, 2002; TRINDADE JR; ROCHA, 2002)

Sobrepujou-se a exploração de ferro, através da exploração da Mina de Carajás, então Marabá, hoje Parauapebas, no Pará. Na metalurgia do Alumínio, o complexo Albrás-Alunorte, em Barcarena, hoje Hydro, corporação transnacional. Para atender aos grandes empreendimentos, sobretudo com atividade eletrointensiva, como metalurgia do alumínio, foi construída uma grande hidrelétrica, a UHE de Tucuruí, sediada no município homônimo.

Com a efetivação de tais companhias, instaurou-se uma dinâmica, urbana e regional, para atender as demandas corporativas. Remetendo a cada um dos grandes projetos uma lógica peculiar, a criação das *company town* (cidade da companhia), como infraestrutura necessária ao funcionamento dos projetos econômicos, demonstrada na obra “Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local” (TRINDADE JR; ROCHA, 2002).

A *company town* possuía a função de abrigar a mão de obra dos grandes projetos e de servir de suporte para os empreendimentos. Nesse sentido, tais arranjos espaciais e urbanos atendiam o interesse corporativo de controle de seus funcionários e, também, estabeleciam relações com seu entorno imediato, marcadamente segregado. Para Rodrigues (2002), a *company town* cumpre funcionalidades de disciplina e controle da força de trabalho. Já Coelho et al, (2002), olhando com maior espectro analítico, vendo a relação com o todo, centro e seu entorno, sobre o prisma dialético de pares, como ordem e desordem; modernidade e atrasado, vê uma lógica conflitante entre a grande capital, materializado nos Grandes Projetos, destaque para Projeto Ferro Carajás, cujos interesses chocam-se com lógica reprodutiva dos garimpeiros, dos trabalhadores sem-terra, quilombolas, dos povos indígenas.

Tendo em vista as interferências no município de Altamira, no campo e na cidade, pela implantação da UHE de Belo Monte, faz-se necessária a compreensão de seu papel histórico na ocupação amazônica, como visto adiante.

ALTAMIRA: DA BEIRA DO RIO, AS RODOVIAS E AO INTERESSE CORPORATIVO

As cidades, os delineamentos de suas dinâmicas, na Amazônia, eram alimentados, de certa maneira, pelo rio, tanto os produtos vindos pela via fluvial, que as abasteciam, quanto aqueles extraídos da floresta e do rio, destinados ao mercado externo. Neste período, as cidades tinham as relações que as animavam, por esta economia, com base extrativa, escoado pela via fluvial, ainda que dispersa e não tão complexa.

No período Colonial, almejava-se garantir a posse e o controle sobre tão vasto território e a exploração de seus recursos, formando núcleos de povoamento e defesa, obviamente de produção também. Assim, delineou-se uma função para a região que, em cada momento histórico, seria atualizada. Logo, ciclos de devassamento e extrativos davam a direção, desse modo, conforme a disposição do recurso, foram moldando o processo de ocupação regional.

Ademais, a formação territorial de Altamira pode ser entendida pela subdivisão em quatro etapas. A primeira de ocupação inicial pela incursão jesuítica, por meio de missões e núcleos de aldeamento e catequese indígena (1639 a 1870). (CHAMBOULEYRON, 2008; GUZMÁN, 2008)

A segunda etapa deriva do ciclo da Borracha marcou com um afluxo de pessoas e modificações importantes para região amazônica de forma geral, destacou-se a cidade de Altamira pela abundância seringais (1870 a 1967). (MIRANDA NETO, 2015)

O terceiro período altera significativamente a região, em particular o município altamirense, por meio das políticas e programas da união que, ao conjugar urbanização e colonização – nesta tão vasta e longínqua porção do território – com fins de integração, sob viés geopolítico, deixou as grafias na floresta, evidenciadas nos contornos das imagens de satélites, em formas espaciais de espinhas de peixe, varadouros nesses rincões, ao longo da Transamazônica, entre 1967 a 2000, com o delineamento da floresta pelos travessões.

Por fim, no período dos governos progressistas – Presidente Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff – houve um aprofundamento do modelo neodesenvolvimentista, sobretudo com lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC I e II, de forma a consolidar um planejamento voltado para uma integração continental e mundial, via corredores e eixos de exportação e infraestrutura, para exportar *commodities* e para a geração-transmissão-distribuição de energia elétrica, cujas áreas de influência direta, no campo e na cidade, recaíram, majoritariamente, sobre Altamira, no Pará, com a construção da UHE de Belo Monte. (TAVARES, 2017, 2010)

Era possível considerar Altamira como uma cidade ribeirinha, até idos dos anos de 1960, regida por um conjunto de atividades ligadas ao agrário regional, atendendo o seu entorno; dadas as distâncias e acesso aos centros regionais, assumiria este protagonismo, mesmo que finda atividade de coleta do látex, essa cidade manteve-se voltando suas atividades primárias para atender demandas regionais. (MIRANDA NETO, 2016)

Durante um longo tempo, o rio supria Altamira com produtos advindos da floresta, alimentou a ganância de um aviamento mercantil, dada as condições de subsistência, também expansão de suas ruas, delineava-se por um crescimento modesto. Nos termos de uma periodização da rede urbana na Amazônia, desenvolvido por Lobato (1987), foi uma urbanização dentrítica, uma rede de cidades ribeirinhas, hierarquizadas por uma cidade primaz, tendo em Belém o apoio pelo comércio atacadista – Aviamento – captura e troca com produção extrativa, demanda pelas metrópoles europeias, revezando entre períodos áureos e de decadência.

Em suma, esse modelo de urbanização, ribeirinha, por sua vez, foi alterado significativamente, com um processo de integração, a partir do rasgo da floresta, pela abertura da Transamazônica, Cuiabá-Santarém, entre outras, paralelo a um processo de ocupação induzido pela colonização oficial, fomentou relações sociais, em tempo célere, e espaço dinâmico, como veremos adiante. Mais do que mudar o padrão de ocupação, conectou a região aos circuitos industriais do Sudeste do Brasil. (BECKER, 1998; LOBATO, 1987)

No período dos governos militares, preponderou-se atuação sobre domínio continental, nacional e regional, manifesto em políticas territoriais, almejando um país pujante, um Brasil-Potência, via processo de industrialização e urbanização, tardia e veloz, dependente e desigual. Além de, sob égide da geopolítica, processar a incorporação do extremo Norte do país, com aquilo que Becker (1991) denominou malha programada, estendida sobre o tão vasto espaço, drenada por rede técnica e sob a regência de uma rede política, estaria em articulação com nossa formação socioespacial, bem como a afirmação de uma Divisão Territorial do Trabalho, assumida pela região, como celeiro de recursos, uma economia de fronteira de recursos naturais: terra, madeiro, minério, mão de obra migrante, por vezes, escrava.

No bojo do I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND (1972-1974), almejou-se a integração física, visto aportes vultosos e majoritários em infraestrutura, conjugado para a absorção do que chamavam de “excedentes populacionais”, de tal maneira, o planejamento dos gerais linha dura intencionavam: “com vistas ao desenvolvimento econômico, à transformação social, à modernização e à integração nacional” (REGO, 2015, p. 90).

Compete apontar que foi neste contexto que se erigiu a ocupação regional, intencionada, via um modelo de “urbanização rural”, projetada pelo INCRA, inspirado na experiência do norte paranaense, na primeira metade do século XX. Esse, por sua vez, absorveu a ideia do planejamento urbano de “*City of the Garden*” em que se intencionou a descentralização da metrópole inglesa e criação de cidades satélites, numa zona mediadora entre a cidade e o campo.

Para a bacia amazônica, o plano concebia a instalação de uma rede de núcleos hierarquizados (Rurópolis, Agrópolis e Agrovilas), regularmente espaçados e próximos, ligados entre si, integrados ao campo, dispendo de certos serviços públicos (REGO, 2015; CALABI, 2012).

Delineia-se um marco, na década de 1970, o ponto de partida para entendermos as mudanças responsáveis pela superação dos ciclos extrativistas, como foi com a borracha, com a castanha, com pele de animais etc., em que a cidade de Altamira assumia a função de entreposto de uma produção advinda do campo, escoada pelo rio Xingu e afluentes, para o referido núcleo, sem que, na cidade, desenvolvesse um amálgama urbano de fôlego (ALONSO; CASTRO, 2006).

Afluxo de pessoas adveio pela abertura da rodovia e pela política de colonização, em que “a cidade de Altamira, no marco desse processo organizativo, ocupa uma posição de destaque, como núcleo político e social, o que, sem dúvida, está relacionado às novas condições geradas na região a partir dos anos de 1970” (ALONSO; CASTRO, 2006, p. 171). Contribuição ‘*sine qua non*’ para que assumisse protagonismo e papel em uma dinâmica microrregional.

A dinâmica demográfica, iniciado na década de 1980, a população urbana supera a rural, ainda que timidamente. Na década seguinte, a população urbana dá um salto, consegue duplicar e ultrapassar a população rural, atingindo 69% da população de Altamira. Para o ano de 2000, Altamira possui 80% de sua população vivendo na cidade (Tabela 2).

Tabela 2. Evolução da População Urbana e Rural de Altamira, Pará (1970-2010).

Município	ANOS									
	1970	%	1980	%	1990	%	2000	%	2010	%
Altamira	15.345	100	46.509	100	72.408	100	77.439	100	99.075	100
Urbana	5.374	35	26.911	58	50.145	69	62.285	80	84.092	85
Rural	9.611	65	19.598	42	22.263	31	15.154	20	14.983	15

Fonte: IBGE (2000; 2010).

A partir da evolução populacional, pode-se inferir que houve, em Altamira, um crescimento como reflexo do afluxo demográfico expressivo, atribuído como causa de tal incremento, nas décadas de 1980 e 1990, o insucesso da colonização⁶, em que o abandono dos lotes, era seguido com a ida à cidade, orientando um movimento duplo. Neste sentido, a saída dos colonos libera terra, concentrada pelos fazendeiros. Ao chegarem à cidade, os colonos fixavam imediações das centralidades tradicionais, ainda não ocupadas, como foi o caso das bacias dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas, áreas que sofriam influência do alagamento periódico pelo rio Xingu (ALONSO; CASTRO, 2006).

O que significou para a cidade de Altamira, para a sua sociedade, a chegada de um grande projeto: Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM), com um montante de investimentos 150⁷ vezes maior que o orçamento anual da prefeitura, senão uma assimetria de forças em seu desfavor, marcando sua posição no uso do território.

Com a chegada do empreendimento, um gigantesco e complexo projeto, maior usina geradora de energia do país, posterior a 2010, data de efetivação da licença de instalação, inaugura uma fase para Altamira e a rede de cidades a ele ligadas. Interferiu sobre as lógicas da cidade: ainda persistente, mesmo que tímido, um abastecimento do rio/floresta e tangenciado pelos afluxos de mercadorias trafegadas pelas rodovias e ramais.

Outrossim, agindo sobre estas duas temporalidades e espaços, tradicional e moderno, conjugados para o momento presente, hibridização, entrelaçando o lugar, pelo monumental objeto técnico, o que a indústria de Geração, Transmissão, Distribuição de Energia Elétrica - GTDE, quando suas usinas estabelecem articulações com os centros urbanos e indústrias do Brasil e do mundo.

Passados cinco anos de sua inauguração (05/05/2016) e considerando os relatórios consolidados, considera-se o Plano Básico Ambiental, em seus componentes sociais, somado ao componente indígena, Altamira apreende cifra de mais de 2,5 bilhões de Reais, em seus espaços urbanos (bairros planejados: 5; obras de saneamento; escolas; hospitais) e rurais (indenizações) (NORTE ENERGIA, 2015).

Anterior à hidrelétrica, não se vislumbrava políticas públicas capazes de alterar, a um só tempo, a condição de vida e o próprio espaço urbano. Para Miranda Neto (2016, p. 236), “as intervenções começam a produzir redefinições profundas na paisagem e ajudam a reforçar a ideia de que o projeto surge para trazer qualidade de vida aos habitantes locais”, além da potência para erguer obras de grande monta e estruturais e estruturantes para a cidade.

Promoveram-se redefinições espaciais, pelas intervenções, retirando das Áreas Diretamente Afetadas (ADA) – Urbanas, pela formação do reservatório, afetando diretamente: orla da cidade, igarapé de Altamira, Igarapé Panelas e igarapé Ambé.

Estas áreas que foram ocupadas, na área alagada dos igarapés: Altamira, Ambé, Panelas, pela população de baixa renda e vulnerável, classificados em “aglomerados subnormais” pelo IBGE e reassentando-os nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), em áreas mais distantes do centro, podem ser consideradas como responsável pelas seguintes repercussões: a) para as áreas dos referidos igarapés e orla da cidade, as operações de requalificação promoveram uma melhoria da infraestrutura e das condições do habitar de suas adjacências, fazendo com que houvesse valorização do solo urbano nessas áreas e imediações; b) para a população em situação vulnerável, o deslocamento alterou a natureza de sua segregação (MIRANDA NETO, 2016), como veremos a seguir.

CARACTERIZAÇÃO DO REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO (RUC)

Ao considerar-se o Plano Básico Ambiental (PBA), fiscalizado pelo Ibama, é dado como atendido, uma vez satisfeito ao cumprir a construção de 3.704 casas nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) em Altamira. Interessa, nesta seção, apreender as implicações para aquelas famílias atingidas. Portanto, dispunham de uma centralidade, na cidade, contida na perspectiva filosófica e política da acepção do direito à cidade, para as populações compulsoriamente expulsas e deslocadas para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) em Altamira.

Podemos observar, na Figura 3, a composição dos bairros atingidos e reassentados compulsoriamente, nos Reassentamentos Urbanos Coletivos, em que cada RUC abrigou em média três bairros originários, excetuando-se o RUC Laranjeiras, uma vez que absolutamente como bairro de origem, temos o Independente II.

Quadro 1. Bairros reassentados nos RUC.

RUC	Bairro de Origem
RUC São Joaquim	Açaizal
	Aparecida I
	Baixão do Tufi
	Sudam I, II
RUC Laranjeiras	Independente II
RUC Casa Nova	Baixão do Tufi
	Sudam I
	Açaizal
Água Azul	Aparecida
	Boa Esperança
	Invasão dos Padres

Fonte: Rodrigues (2020).

Os Reassentamentos Urbanos Coletivos configuram uma forma de organização da vida social, uma dada dimensão desta totalidade, o urbano, pela produção de bairros planejados, na conjugação de um projeto e traçados urbanísticos, com arruamento, sistemas de coleta de água pluviais, esgoto, abastecimento de água. Dispondo de equipamentos e serviços urbanos públicos e privados, como quadras, praças, academias a céu aberto, barracões coletivos, escolas, postos de atenção e saúde familiar, CRAS, creches etc. (Figura 1).



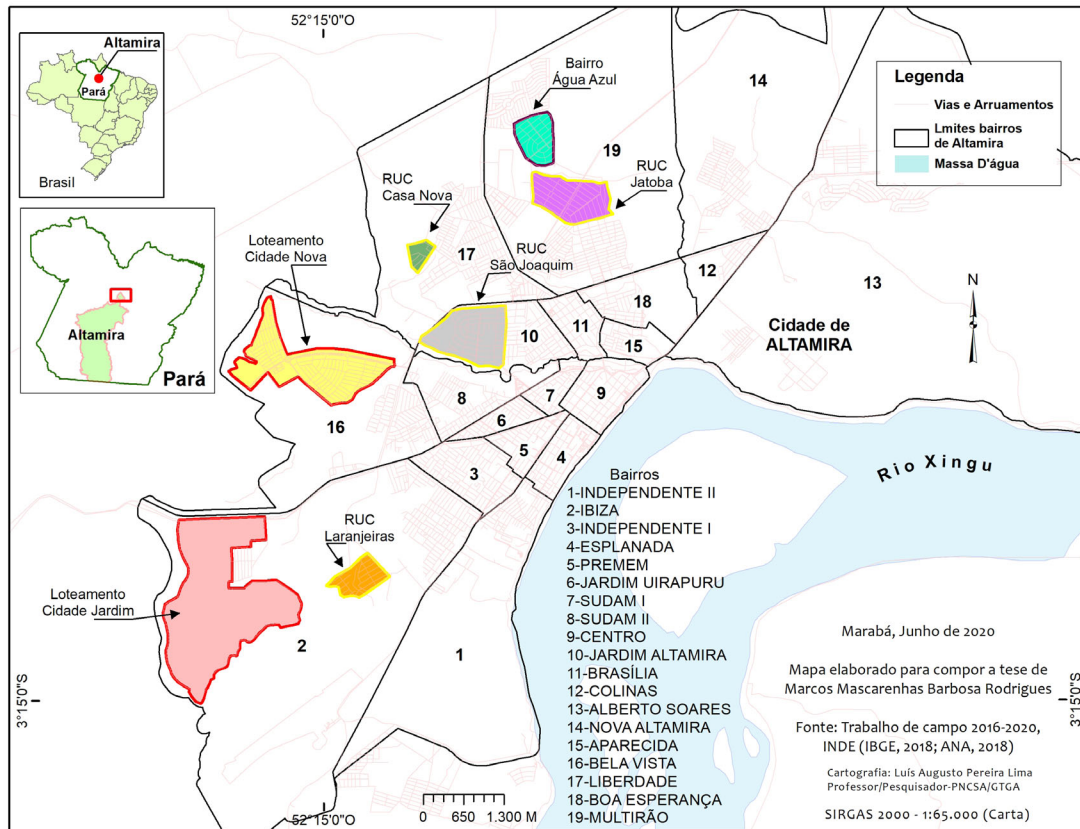
Fonte: Rodrigues (2020).

Figura 1. Serviços públicos dispostos nos RUC Jatobá e São Joaquim.

Legenda: A – Creche Vovó Bezerra, RUC Jatobá; B - Quadra Poliesportiva e Academia ao ar livre, RUC São Joaquim; C – Escola de Ensino Médio, no RUC Jatobá; D – Sistema de abastecimento de água, RUC Jatobá.

Os locais destinados para as localizações dos Reassentamentos Urbanos Coletivos estão situados na área de expansão da cidade, representam o fenômeno expansão e periferização, dado seu número de lotes expressivo, cerca de 3.704 unidades habitacionais entregues. Somados aos loteamentos particulares, sob comando das incorporadoras, dispendo ao mercado local, mais de 22.168 lotes urbanos, perfazendo uma área de 708,19 hectares, causando expansão do tecido urbano de Altamira de forma significativa e reestruturante (MIRANDA NETO, 2015).

A construção dos RUCs direcionou-se expandindo o perímetro urbano da cidade. Conforme (Figura 2), fica claro sua disposição para áreas distantes da centralidade tradicional de Altamira e deslocada para as seguintes direções: Nordeste, Noroeste e Sudoeste.



Fonte: IBGE (2018). ANA (2018). Rodrigues (2020).

Figura 2. Mapa de localização do Reassentamentos Urbanos Coletivos.

Os projetos de casa populares apresentados pelos bairros planejados pela corporação de energia, como medida compensatória e indenizatória, preconizados pela Norte Energia (2011), podem ser considerados superiores ao “Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)”, no Pará, único paralelo para que se possa comparar habitações populares, pois as casas do PMCMV, com projeto de 40 m², a unidade habitacional, muitas vezes, desprovidas de serviços urbanos básicos, ficando aquém das casas nos RUC, também quanto ao tamanho das unidades habitacionais, em que somam 50% a mais que o tamanho da MCMV, com 60 m².

Os RUC são dotados com projeto de Unidade Habitacional (UH) com 60 m². Neste sentido, o projeto arquitetônico composto de um pequeno pátio na entrada da casa, sala de TV/Jantar, cozinha, banheiro social, três quartos, sendo um suíte e uma pequena área nos fundos coberta.

As casas dos RUCs apresentam banheiro adaptado para idosos e para deficientes físicos, comparando-se com projetos de casas populares do governo federal, facilmente depreende-se que os projetos de casas do RUC são superiores, tanto no tamanho da casa e do terreno, bem como na qualidade dos projetos.

No que se refere à interseção entre este programa e a promoção de bairros planejados, reassentar classes sociais de baixa renda – PMCMV e, reassentar compulsoriamente aqueles moradores nas Áreas Diretamente Afetadas (ADA urbanas) nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), seria aceder a uma moradia, supostamente superando uma condição de

precariedade e risco, visto numa primeira aproximação, sobre a superfície dos fatos, sem a devida depuração, o que, de fato e analiticamente, os tangencia é ação do capital.

No primeiro caso, PMCMV, ao promover a produção do espaço urbano, considerando a componente habitação, expansão, a partir do esgarçamento, em que a casa nova não significa largar a condição de segregado, antes, porém, a uma condição institucionalizada desse fenômeno (SOUZA e LEITE, 2018; SOUZA, 2016).

Através da análise dos formulários aplicados nas residências nos RUC, explicitar-se-á melhor que o sonho de ter a casa própria, em alvenaria, documentada, com quintal em terra firme, não se materializou, na realidade, como se esperava. Para os Reassentamentos Urbanos Coletivos, a peculiaridade foi mais ambígua ainda, considerando a condição do sítio urbano dos bairros afetados pelo lago, terrenos sem regularização fundiária, áreas ocupadas nas planícies de inundações, susceptíveis de alagamentos anuais, casas feitas de madeira, sob palafitas.

Estar em um bairro planejado, dotado de serviços urbanos, documentado, deveria representar a realização de um sonho. À primeira vista, isso soa como uma verdade reluzente, no entanto, a pesquisa de campo e os formulários aplicados mostraram-nos outra realidade, como será visto a seguir.

ANÁLISE DOS SERVIÇOS URBANOS E MANUTENÇÃO FINANCEIRA DA CASA

Dentro de uma perspectiva do direito à cidade, no horizonte político e filosófico, para Lefebvre (2001), mesmo a contundência engajada de David Harvey (2014), deve-se exercer o direito a estar e usar as centralidades da cidade, de estar em espaços de convívio, do encontro, contrapondo aos movimentos de uso e valorização/revalorização/requalificação do solo urbano, que acabam por dar proeminência ao valor de troca sobre o valor de uso, acabando por deslocar as pessoas de classe mais baixa para cada vez mais longe, para as periferias da malha urbana, privando-as e segregando-as.

Para a cidade, sob a ótica tradicional, espaço e tempo, articulando um modo de vida, cuja apreensão advém de método dialético, sob o motor da industrialização, seria responsável por:

[...] crescer desmesuradamente e provocar uma explosão de suas características antigas (fenômeno de implosão-explosão). Com a indústria, tem-se a generalização da troca e do mundo da mercadoria, que são seus produtos. O uso e valor de uso quase desapareceram inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, o solo tornou-se mercadoria; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra (LEFEBVRE, 2008, p. 83).

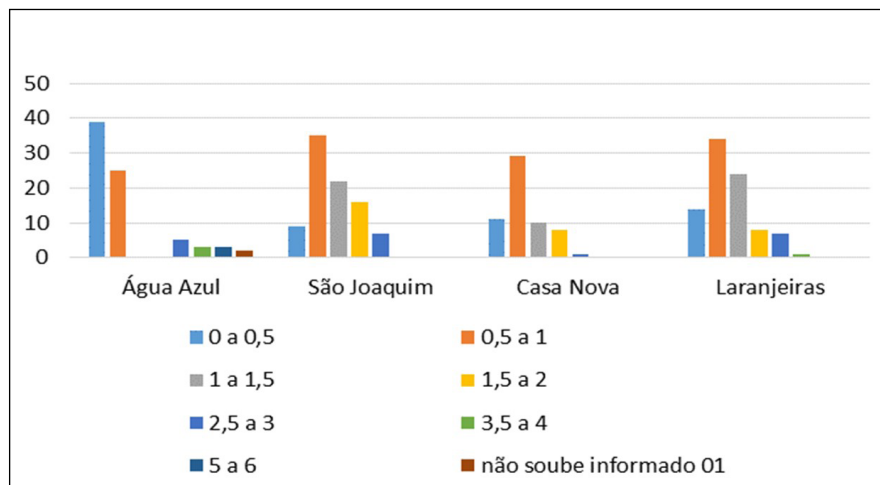
A chegada do UHE Belo Monte catalisou as transformações para a cidade de Altamira, nesta etapa, pela sua implosão, tendo o remanejamento compulsório sua consequência, seguida de uma expansão, à medida que o valor de troca se sobrepôs ao

espaço como lugar de encontro. Para atender uma demanda induzida pelo momento de *boom* dos investimentos do projeto na região, no período de 2010 a 2013, gerou o maior número de pessoas ocupadas na Região de Influência de Altamira (RIA) e fez um total superior a 40 mil, somente em Altamira (MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

É imperativo pontuar que, na cidade, sob o modelo de capital de produção, a realização de valor para acumulação capitalista dar-se-á com a reprodução do espaço urbano que, ao gerar valor, por um lado, dissemina, no mundo, desde a Revolução Industrial, desigualdade expressa espacialmente pela segregação, que Davis (2006) apreendeu com metáfora de “Planeta Favela”.

Nesta seção, foi inquerido sobre o uso de serviços urbanos, dispostos ou não nos Reassentamentos Urbanos Coletivos, referente à educação, ao comércio, à saúde, ao lazer e à mobilidade urbana.

Um componente que diz muito sobre os moradores dos RUC, Figura 3 – Renda Familiar, tendo os extratos marcados por rendas de baixo valor, preponderantes em torno da faixa 0,5 a 1 salário mínimo, em todos os RUC analisados, excetuando-se o RUC Água Azul, uma vez que nele prevalece a mais baixa faixa salarial, em torno de 0 a 0,5 salário mínimo.

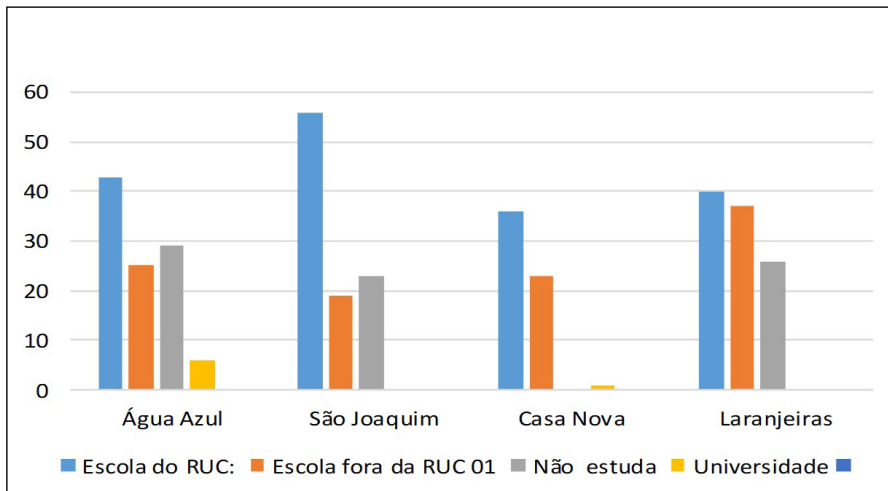


Fonte: Rodrigues (2020).

Figura 3. Renda Familiar.

Ao contemplar, no gráfico acima, a predominância de baixo extrato salarial, podemos inferir que a população remanejada, vivia e vive, em condições de vulnerabilidade social, seus rendimentos não são suficientes para satisfazer suas necessidades fundamentais.

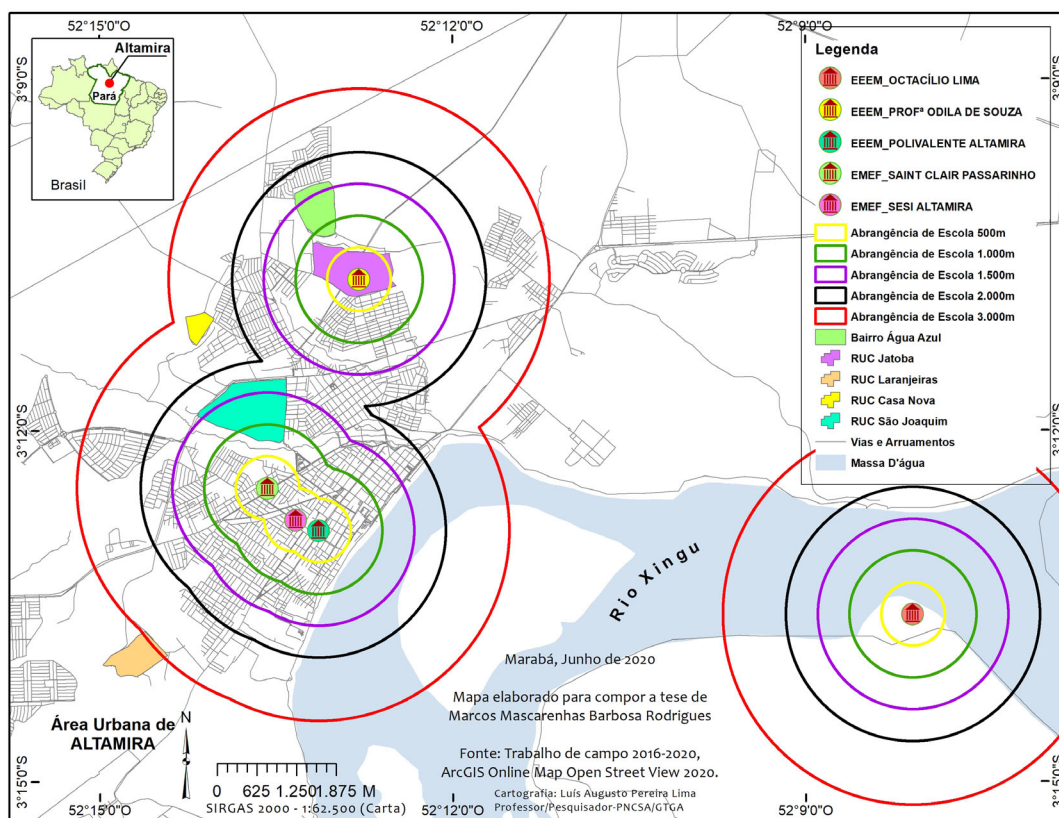
Na Figura 4, podemos constatar que – apesar de possuírem este serviço público – uma boa parte dos entrevistados utiliza escola fora do RUC, destaque para os RUC Laranjeira, como aquele com maior número de pessoas que saem do bairro para estudar, também a maior quantidade de pessoas que alegaram que ninguém estuda em casa.



Fonte: Rodrigues (2020).

Figura 4. Acesso a serviço de educação.

O RUC São Joaquim destaca-se com o maior número de acessos à escola dentro do bairro e menor número de moradores que saem para estudar, dada a sua localização privilegiada, mais perto do centro tradicional, portanto, temos, nesse RUC, um destaque a seu favor, frente aos outros (ver Figura 8).



Fonte: Rodrigues (2020). ArcGIS Online Map Open Street View (2020).

Figura 5. Mapa de abrangência das Escolas de Ensino Médio.

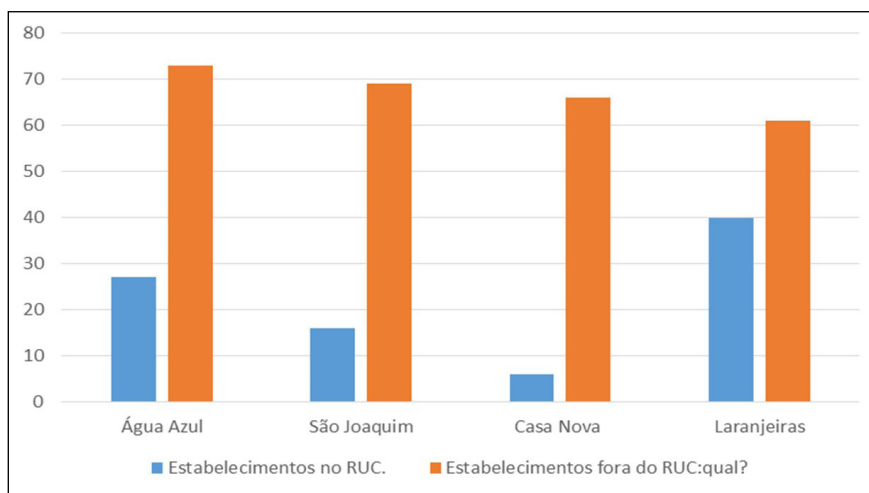
Entre os RUC estudados – Água azul, São Joaquim, casa Nova e Laranjeira – o São Joaquim destaca-se como aquele que ficou mais próximo da centralidade tradicional e antecedente a hidrelétrica.

Uma das explicações para que tenhamos um número expressivo de pessoas estudando fora dos seus respectivos RUCs, de forma geral, reside no fato de instalarem escolas de ensino Fundamental e não construírem escola de ensino Médio, destacando-se entre os RUCs, o RUC Jatobá, como único possuidor das escolas de ensino Fundamental e Médio.

Novamente, constatou-se uma assimetria na disponibilidade de determinados serviços, no caso das escolas de ensino médio, visto entre os Reassentamentos Urbanos Coletivos, que foram feitos um ao lado do outro, no caso do RUC Água Azul ao lado do RUC Jatobá; e do RUC Casa Nova ao lado do RUC São Joaquim. No primeiro caso, o RUC Jatobá é o único com escolas de ensino fundamental e médio, sendo assim, os moradores do RUC Água Azul, para cursar o ensino médio, deveriam ou ir ao RUC Jatobá ou para outras escolas, em outros bairros, mais longe ainda.

Para acessar a escola de ensino médio mais próxima, no RUC Jatobá, deve-se percorrer uma distância, em média, de 1.500 metros, tendo de passar por trechos soturnos, perigosos, pois a rua que faz a ligação entre os referidos RUCs, são terrenos baldios.

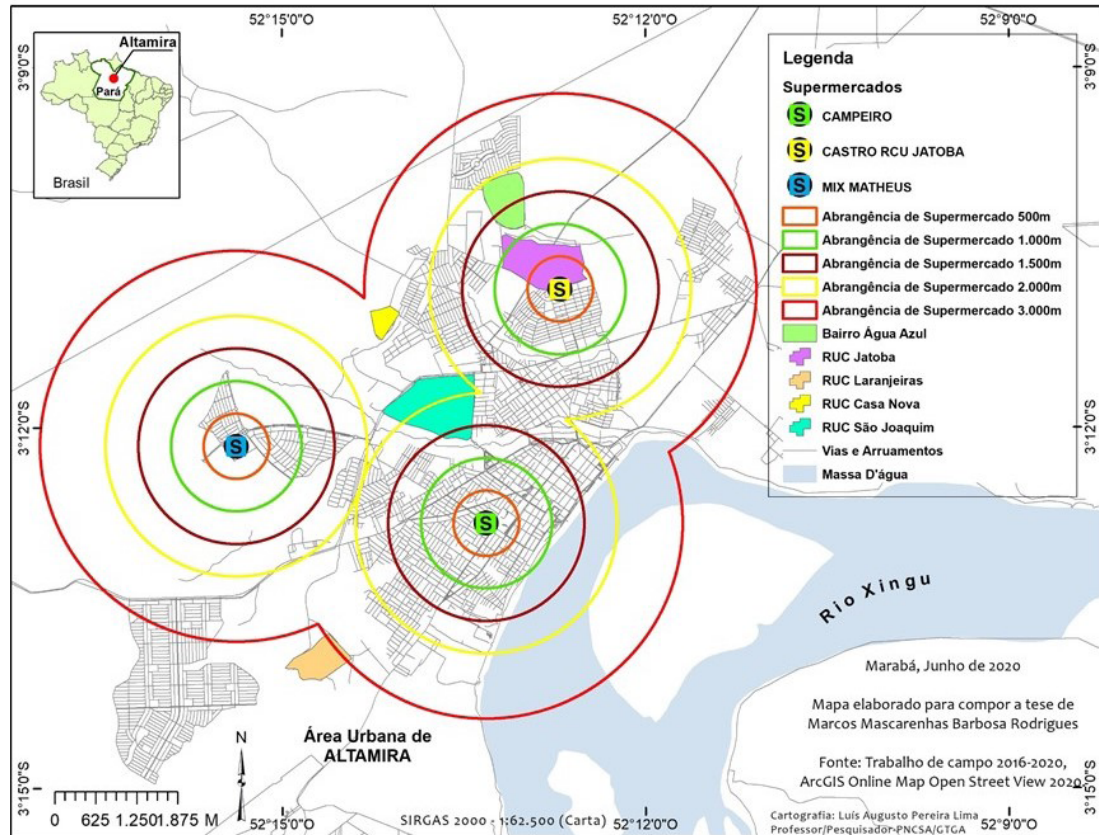
Outro serviço público focado na análise foi o comércio, destaque para as compras do mês, feitas em supermercados, observado na Figura 6. Concluindo-se que os moradores fazem suas compras, majoritariamente, fora do RUC.



Fonte: Rodrigues (2020).

Figura 6. Acesso a estabelecimentos comerciais.

Observou-se que, dependendo de sua localização, irão acessar os estabelecimentos mais próximos. No caso de Altamira, dispõe das seguintes redes locais: Campeiro, Castro e Milenium. Esta lógica se altera com a chegada da rede de supermercado e Magazine, Mix Matheus, em 2017⁸ – e destaca-se como único estabelecimento que consegue atrair moradores de todos os Reassentamentos Urbanos Coletivos, também de toda cidade e região, rompendo a lógica da proximidade, o que pode ser visto na (Figura 7).

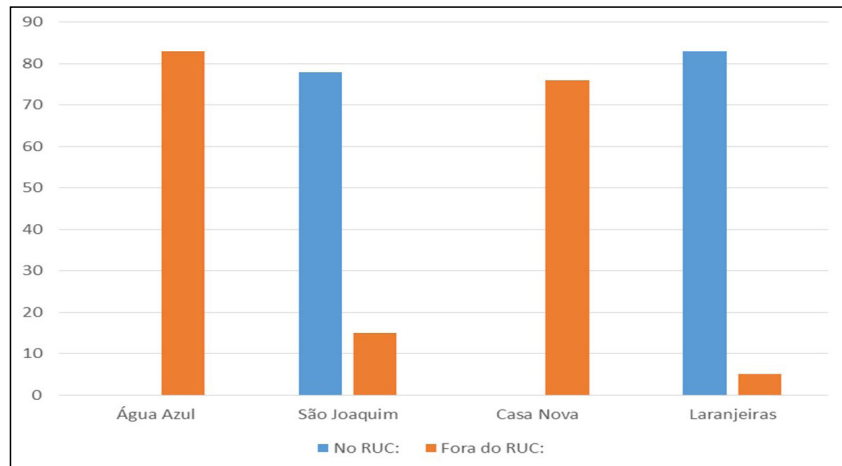


Fonte: Rodrigues (2020).

Figura 7. Abstrangência de Serviços de Comércio – Supermercado.

Ao consideramos os moradores entrevistados mais distantes, no caso do RUC Água Azul, temos uma distância de mais de 3,5 km. Este deslocamento representa um custo a mais nas despesas do morador, somado aos demais custos que aparecerem, ou se elevaram, significativamente, como o caso dos custos com serviço de energia.

O acesso a serviços de saúde, nos Reassentamentos Urbanos Coletivos, como pode ser visto na Figura 8, nos dois RUCs, Casa Nova e Água Azul, não há acesso a este serviço no bairro, uma vez que não dispõe deste serviço. Assim, é necessário se deslocar para as unidades mais próximas, no caso, pertencentes aos RUCs mais próximos, conjugados a eles, a saber, RUC São Joaquim e RUC Jatobá, respectivamente.

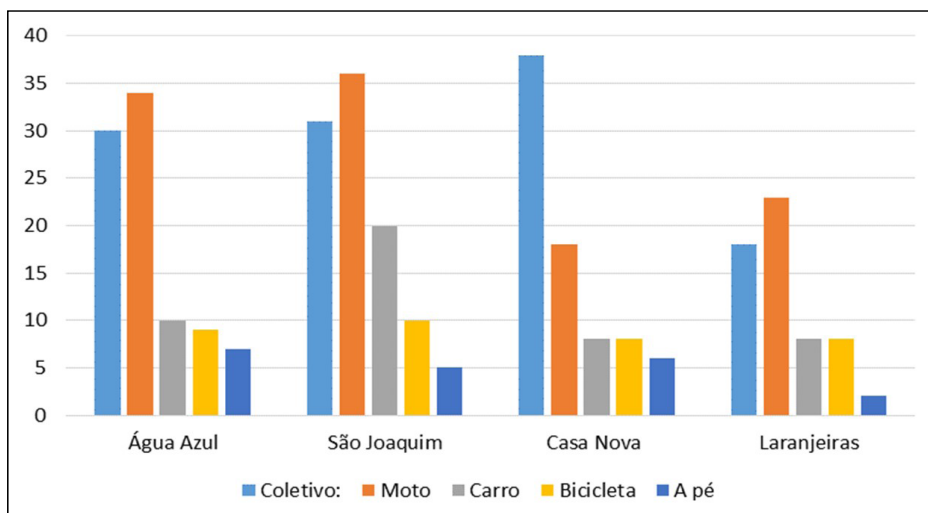


Fonte: Rodrigues (2020).

Figura 8. Utilização de serviços de saúde.

No caso do RUC Casa Nova, há, em suas imediações, um Posto de Saúde, no bairro Santana, porém o acesso é soturno, perigoso, já que esse bairro é uma área de ocupação recente, possui as marcas da precariedade e escassez de serviços públicos. O RUC Água Azul, ao lado do RUC Jatobá, também não possui unidade de Saúde Básica, forçando seus moradores a buscar este serviço no RUC ao lado, RUC Jatobá ou na unidade básica de saúde ao lado do Jatobá, no bairro Brasília.

A mobilidade urbana acompanha os processos e formas derivadas das transformações política e econômica, das intervenções sofridas na cidade, assim pode-se ver, na Figura 9, que a predominância do uso da moto, para os moradores dos reassentamentos, é uma realidade preponderante sobre os outros meios de transporte, também um custo adicionado ao dia a dia da família. A utilização desta modalidade de transporte causa a maior quantidade nos sinistros de veículo de modo geral.

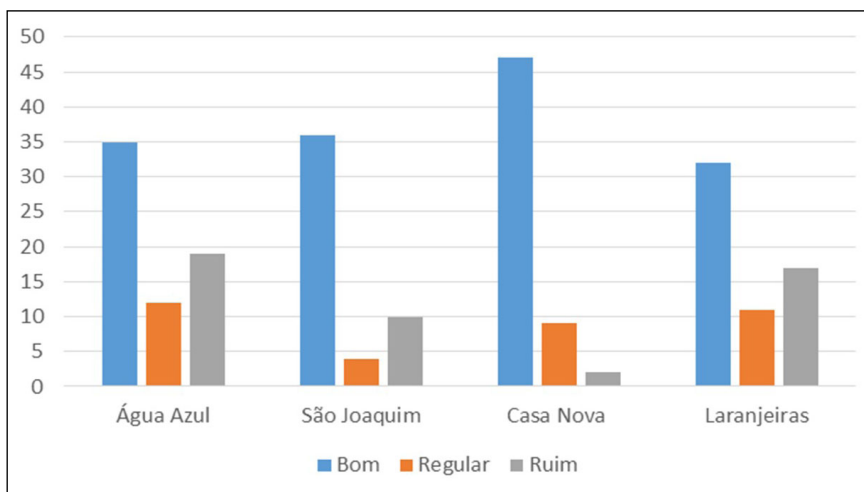


Fonte: Rodrigues (2020).

Figura 9. Meios de mobilidade urbana.

O RUC Casa Nova destaca-se como único em que os seus moradores mais utilizam o transporte coletivo, sobrepondo-se a moto. Já o RUC São Joaquim destaca-se com uso de carro.

Foi-lhes pedido para avaliar o serviço público de transporte, Figura 10, no caso, os micro-ônibus administrados pela prefeitura de Altamira. Nesse aspecto, preponderantemente afirmaram como “bom”, mas ambivalentemente sugeriram que: “seria bom se não demorassem muito”, “a passagem é cara”, “ônibus é sujo e sem manutenção”, “ele não roda domingo”. Logo, fica claro que o serviço não é bom, sofrendo muitas críticas. No entanto, como não havia este serviço, na cidade, entendem que, pelo simples fato de existir, seja bom.



Fonte: Rodrigues (2020).

Figura 10. Avaliação do transporte público.

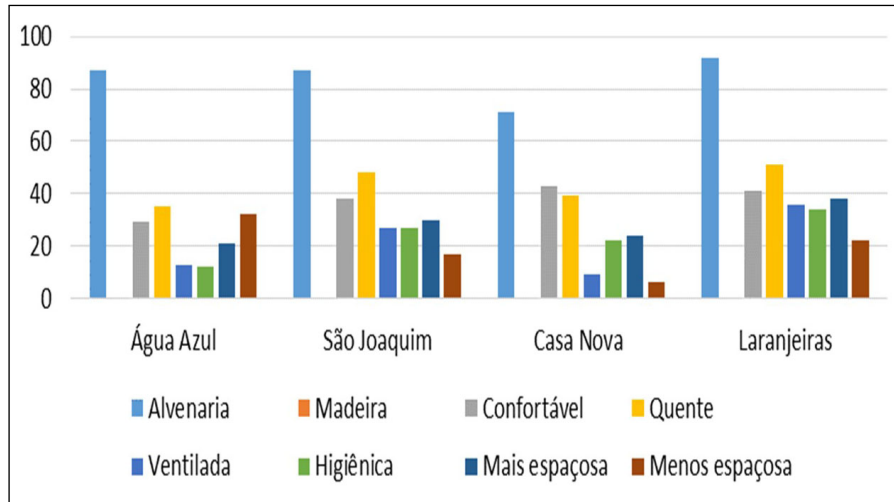
A relação dos RUCs com a cidade de Altamira, posição que assume dentro do espaço intraurbano, considerando a importância da mobilidade urbana, auxilia-nos a compreender uma das implicações dos deslocamentos forçados pela hidrelétrica, mais do que adicionar um custo que não existia, com o transporte público, sua natureza precária e de péssima qualidade, de tal sorte solapam ou comprometem às condições de vida de seus moradores, auxiliando a compor um processo segregacionista.

As casas na Área Diretamente Afetada (ADA) Urbana caracterizavam-se, em sua integralidade, por serem feitas em madeira, sobre palafitas, na bacia dos igarapés já referidos. Tendo como exceção as casas do RUC Laranjeiras, que, em sua grande maioria, foram construídas em alvenaria, originado no bairro Independente II.

Uma característica que chama atenção, marcante, foi considerar a casa antiga mais arejada, em suas palavras, “mais fresquinha”, tanto por ser de madeira, como por estar em uma área alagada ou próximo dela, resultando em uma maior amenidade, dotada de relativo conforto térmico.

Já as casas entregues (Figura 11), foram feitas em alvenaria, em sua totalidade, consideradas mais espaçosas que as anteriores. Uma característica de destaque: os entrevistados consideram que a nova casa é quente, isso, além de causar queixas relativas ao

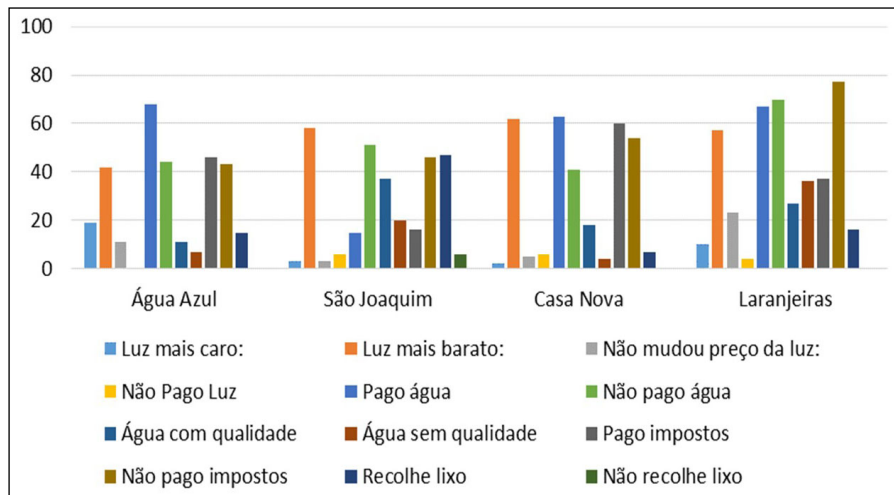
conforto térmico, interfere no custo de manutenção da casa, uma vez que é necessário o uso de ventiladores, durante o dia e a noite, mesmo aparelhos de climatização, uma prática não costumeira na habitação anterior. Somando-se o fato da casa possuir espaços bem distribuídos, cada um deles com iluminação, pode-se deprender uma elevação do consumo de energia.



Fonte: Rodrigues (2020).

Figura 11. Caracterização da unidade habitacional: RUC.

Vale mencionar que a avaliação sobre o custo da nova casa, expressa na Figura 12, chama atenção, ironicamente, no quesito despesa com energia elétrica, “Luz mais barata”, dominante nas respostas dos quatro RUCs que, nesta avaliação, ocorria dada as seguintes situações: A primeira, por estar em uma área de ocupação espontânea, de autoprodução de casa, os padrões de luz eram monofásicos ou eram-lhes cobradas taxas, por não possuírem registro. Alguns responderam que até não pagavam pelo serviço.



Fonte: Rodrigues (2020).

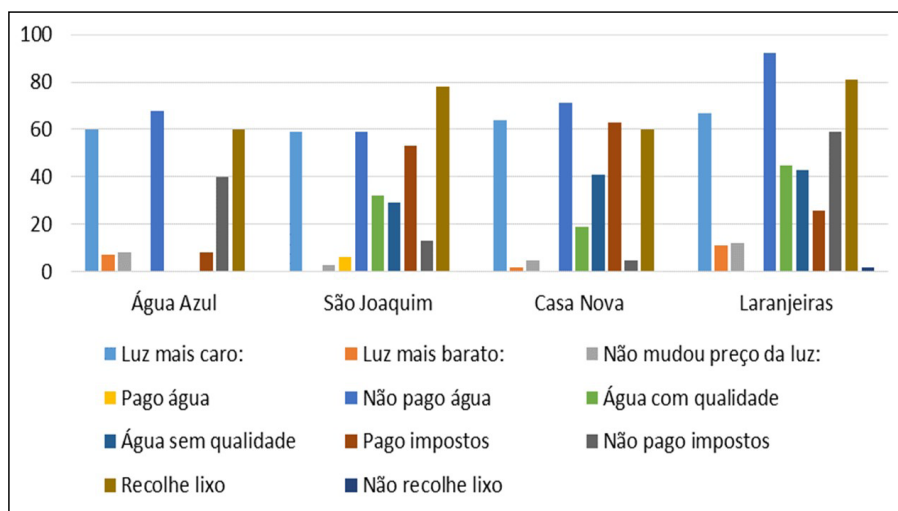
Figura 12. Custos de manutenção da unidade habitacional na ADA Urbana.

Um paradoxo absurdo, ter que sair do lugar que resia há décadas, movidos pela construção da maior UHE do país, ir para um bairro planejado e o custo da energia ser considerado um dos mais graves problemas para os moradores reassentados⁹.

Esta avaliação sobre o custo da casa da ADA Urbana denota algo bastante relevante para a pesquisa, no quesito energia, uma vez que, ao serem expulsos, remanejados para áreas planejadas e urbanizadas, dotadas de serviços, fora de risco de inundação, casa de alvenaria, o que facilmente nos levaria a concluir que tiveram uma evolução, uma melhora na condição de vida. No entanto, não é essa a realidade, quando consideramos a faixa de renda das famílias, visto anteriormente, preponderando entre 0,5 e 1,0 salário, ir para tal casa, sob padrão bifásico, representou uma elevação significativa do custo de energia, em média, de 200 a 350 reais. Portanto, assim, depreende-se que houve um comprometimento na renda familiar significativo apenas com a luz.

Outro aspecto captado pelo formulário é sobre custo da água, anteriormente ao remanejamento, não havia o custo com este item de consumo essencial, visto de forma expressiva nos quatro RUCs analisados, assim como o não pagamento de impostos, preponderou nos 4 RUCs.

É importante analisar os custos de manutenção, ver Figura 13, cujo destaque está na energia, esmagadoramente assinalada como mais elevado, sendo considerada pelos moradores uma das principais reclamações e aspectos negativos sobre a nova casa.



Fonte: Rodrigues (2020).

Figura 13. Custos de manutenção da unidade habitacional no RUC.

Nos RUCs, a oferta do serviço de água, ainda sob responsabilidade da NESA, nos primeiros anos, foi precária. Segundo relato dos moradores, a água é de péssima qualidade e seu fornecimento sofre interrupções constantes. Até o momento presente, a água não é cobrada, funcionando da seguinte forma: o sistema não possui poço, nem bomba, ou, quando possui, não é suficiente ou é de péssima qualidade, não sendo potável. Assim, há a necessidade de complementar com caminhões pipa que abastecem caixas d'água instaladas em pontos mais altos.

Destaca-se o custo com impostos, cobrados dos moradores dos RUC, o IPTU e uma cobrança para recolhimento de lixo. No caso do recolhimento do lixo, tanto na ADA-Urbana, sem cobrar taxas, como nos RUCs, cobrando-se taxas, portanto mais um custo adicionado aos “remanejados”.

Considerando-se a condição de vulnerabilidade econômica em que se encontram os moradores dos RUCs, colocados em um ambiente novo, dotado de qualidade objetiva, possuidora de um custo, que, para a situação de muitos deles, não é possível arcar. Elevou-se o grau de seu desamparo, delegando-lhes acirramento de sua exclusão, ampliando-se a desigualdade espacialmente traduzida nesses bairros planejados para recebê-los, como forma de compensar pelos impactos da formação do reservatório da UHE de Belo Monte, sem que lhes fosse dado condições de se manterem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia empregada, a partir da aplicação de formulários, possibilitou-nos uma aproximação e compreensão de certas características do processo de reassentamento, posta a efeito pela hidrelétrica, causado para a população diretamente afetada. Comparando os dois momentos, antes e depois de sua instalação da usina.

Incontestemente houve uma melhora substancial, para cidade de Altamira, de forma geral, ainda que as operações urbanas recebam críticas. Para os bairros que compunham a área diretamente afetada, nos RUCs, destaca-se melhorar a condição de habitabilidade, por meio de bairros planejados com saneamento, arruamento, casas em alvenaria, bem espaçosas e quintal, dotada de serviços urbanos públicos.

O remanejamento, em um primeiro momento, pode e até ofuscou os moradores sobre outros aspectos decorrentes do processo, à medida que, habitando efetivamente, foram descortinando-se, no cotidiano dos RUC, variada gama de dificuldades, custos e precariedades.

Os RUCs estão situados em áreas mais afastadas da centralidade tradicional da cidade, ainda que a distância pareça pequena, cerca de 2 a 3 km, entre ADA – urbana e os RUCs, em média, tais percursos não traduzem certas adversidades cotidianas enfrentadas pelos seus moradores, manifestas pelos problemas de acessibilidade aos bairros.

Os serviços públicos de educação, comércio e saúde, no geral, são acessados fora dos RUCs, o que representa dificuldade, também adição de custos a pagar, como o de transporte.

Outro aspecto avaliado, a mobilidade urbana, enquadra os moradores dos RUCs com um custo a mais com o transporte público, ou com a compra e a manutenção da moto, o transporte mais usado no deslocamento cotidiano dentro da cidade.

Por fim, uma das contradições representativas do reassentamento é a oferta do serviço de energia elétrica, que afeta diretamente a reprodução dos moradores dos RUCs, visto que já se encontram em vulnerabilidade social, com baixos rendimentos e escolaridade, chocando-se com elevadas tarifas de energia.

Depreende-se que o remanejamento, uma determinação nos marcos legais do processo de licenciamento, representa uma forma de desobstruir o terreno, eliminar conflitos e tensões envolvendo a sociedade atingida, caso de milhares de famílias, alterando a natureza de sua segregação, o que amplia a desigualdade a qual estão submetidos.

NOTAS

4 Foram; construídos e entregues, a partir de 2015, cinco Reassentamento Urbanos Coletivos: Jatobá; Água Azul; São Joaquim; Casa Nova; e, Laranjeiras.

5 Excetuou-se aplicação de formulários no RUC Jatobá, por termos à compreensão de que entre os cinco RUC, ele diferencia-se, é o que possui mais serviços urbanos: escolas (fundamental e médio); creche; Posto de Saúde; Quadra; CRAS, etc., portanto, era tido como modelo, o que não poderia ser atribuído aos demais RUCs.

6 Um projeto de colonização que levou milhares de pessoas para dentro da floresta, sem dar-lhes mínimas condições de infraestrutura: estradas, luz etc. Também foram negados serviços básicos, como saúde, educação. Por fim, sem assistência técnica, extensão rural e sem financiamento foi difícilimo fixar-se na região.

7 Para o ano de 2017, segundo Lei Nº 3.239 de dezembro de 2016, define-se o orçamento anual da prefeitura de Altamira, fixando o Orçamento Anual do Município de Altamira em R\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais). E, hoje ainda não totalizado, mas já gasto, para efetivar e operar UHE de Belo Monte, aproximadamente 28,86 bilhões de Reais.

8 Sua abrangência é regional, de origem maranhense, entrou no Estado do Pará a partir do município de Marabá, em 2012.

9 Em 2019 houve uma ação do Ministério Público do Estado do Pará e juntamente com o INMETRO, o qual foi responsável por periciar 100 medidores de energia de vários bairros de Altamira, tendo em vista elevado número de reclamações da população da cidade.

REFERÊNCIAS

ALONSO, S; CASTRO, E. Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira. In: CARDOSO, A. C. D. **O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006.

ALTAMIRA. Prefeitura Municipal. **Lei nº 2016/2016**. Lei Orçamentaria Anual do Município de Altamira, no Pará, para o ano de 2017.

ALTAMIRA. Secretaria de Planejamento. **Plano Diretor de Altamira – Volume II: Processo de revisão do Plano diretor de Altamira**. Altamira, Dezembro, 2010.

BECKER, B. **Amazônia**. 6ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BECKER, B. Significado Contemporâneo da Fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C. et. al. **Fronteira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988.

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2017. Disponível em: www.pac.gov.br/infraestrutura-energetica/geracao-de-energia-eletrica. Acesso em: 20 fev. 2017.

CALABI, D. **História do urbanismo europeu**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CHAMBOULEYRON, R. O Sertão dos Taconhapé. Cravo, índios e Guerras no Xingu Seiscentista. In: SOUZA, C. M.; CARDOSO, A. (Org.). **Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades** (Séc. VII – XXI). Belém: EDUFPA, 2008.

- COELHO et al. Territórios, cidades e entornos no espaço da mineração em Carajás / Pará – Amazônia Oriental. In: TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (orgs.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- CORRÊA, R. L. Corporação e Espaço – Uma Nota. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia. Rio de Janeiro, v. 1, n. 53, p. 137-145, 1991.
- CORRÊA, R. L. Aperiodização da rede urbana na Amazônia. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia. Rio de Janeiro, v. 1, n. 49, p. 39-68, 1987.
- DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FELDMAN, H.; GEISLER, C.; SILBERLING, L. Moving targets: displacement, impoverishment, and development. In: **International Social Science Journal**. v. 175, n. 55, p. 7 – 13, 2004. DOI: 10.1111 / 1468-2451.5501001.
- FRANCESCO, A.; CARNEIRO, C. **Atlas dos Impactos da UHE de Belo Monte**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.
- GUZMÁN, D. A. O Inferno Abreviado: evangelização e expansão portuguesa no Xingu (Século XVII). In: SOUZA, C. M.; CARDOSO, A. (Org.). **Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades** (Séc. VII – XXI). Belém: EDUFPA, 2008.
- LEFEVBRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- LEFEVBRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEROY, J. P. **Mercado ou Bens Comuns? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2016.
- LEROY, J. P. Os povos indígenas e comunidades tradicionais: os visados territórios dos invisíveis. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T; LEROY, J. P. (orgs). **Injustiça Ambiental e Saúde Pública no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2013.
- MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, mai/ago., p. 151-166, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142003000200013&script=sci_arttext>
- MIRANDA NETO, J. Q. **Os nexos de reestruturação da cidade e da rede urbana: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.
- MIRANDA NETO, J.; HERRERA, J. A. Altamira-PA: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. **Confins** [Online], 28, 2016. Disponível em: <<http://confins.revues.org/11284>> DOI:10.4000/confins.11284. Acesso em: 22 dez. 2018.
- NORTE ENERGIA S.A. **Manual do Proprietário** – Bairro São Joaquim. Altamira - PA, 2014.
- NORTE ENERGIA S.A. **Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**, 2011.
- NORTE ENERGIA. **Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. Apresentação Ministério Público do Estado do Pará. Belém, 2015.
- REGO, R. L. A integração cidade-campo como esquema de colonização e criação de cidades novas: do Norte Paranaense à Amazônia Legal. **Revista Brasileira de Estudos**

Urbanos e Regionais, v. 17, n. 1, p. 89-103, 2015.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais - a luta pelo direito à cidade. **Cidades: Revista Científica**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p.73-88, 2007.

RODRIGUES, M. M. B. **Território e Desenvolvimento Geográfico Desigual na Amazônia**: o caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Ciências Exatas e da Terra. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2020.

SANTOS, M. **Metrópole Corporativa e Fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, M. **Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SASSEN, S. **Expulsões**: Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, J. **Elite do Atraso**: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, M. V. M. A produção do espaço urbano a partir do programa minha casa minha vida: inserção urbana e/ou desigualdades socioespaciais em Marabá - PA. **Revista Cerrados (UNIMONTES)**, v. 14, p. 30-51, 2016.

SOUZA, M. V. M.; LEITE, M. L. R. Impactos do Programa Minha Casa Minha Vida em Marabá (PA): desigualdades socioespaciais nos conjuntos habitacionais Jardim do Éden e Tiradentes. **Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 4, p. 65, 2018.

SPOSITO, M. E. B. Diferenças e Desigualdades em Cidades Médias no Brasil: da segregação à fragmentação socioespacial. In: **Congress of the Latin American Studies Association**, 2019a, Boston, USA.

SPOSITO, M. E. B. Fragmentação, Fragmentações. In: **XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. 16, 2019b, Vitória – ES.

SPOSITO, M. E. B. Segregação Socioespacial e Centralidade Urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. A. (Orgs.). **Cidade Contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2016.

TAVARES, J. C. Eixos: novo paradigma do planejamento regional? Os eixos de infraestrutura nos PPA's nacionais, na Iirsa e na macrometrópole paulista. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 671-695, set/dez., 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3703>> Acesso em: 10 dez. 2017.

TAVARES, J. C. **Polos Urbanos e Eixos Rodoviários no Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TAVARES, M. G. da C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, v. a. II, n. 3, p.59-83, jan./jun., 2008.

TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

TRIVINOS, A. N. B. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.